

ATA Nº4

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 30 de abril de 2014.** -----

-----Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a assembleia municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e Maria da Graça Matias Gadelho, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 25/10/2013; 26/11/2013 e 27/12/2013;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA UM REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE;** -----

----- **PONTO TRÊS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA UM REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE VAGOS;** -----

----- **PONTO QUATRO - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013.** -----

----- **PONTO CINCO – PROCEDIMENTOS A ADOTAR NA INSTALAÇÃO DE ATIVIDADES EM FRAÇÕES DESTINADAS A COMÉRCIO OU SERVIÇOS;** -----

----- **PONTO SEIS – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA GAFANHA DA BOA HORA.**

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da assembleia municipal: -----

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Santos Manangão, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Marco Aurélio Lourenço Martins, e Liliana dos Santos Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Manuel da Silva Grave, Ana Paula Mourão Branco, Diana Marques Santos, Óscar Ferreira Pascoal, António Bastião e Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, eleitos na lista do CDS-PP. -----

----- António Carlos da Cruz Maia e Carla Filipa Ferreira Gouveia eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores presidentes das juntas de freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, presidente da junta de freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, presidente da junta de freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, presidente da junta de freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, presidente da junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa

Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, presidente da junta de freguesia de Santo André de Vagos; Fernando José Silva Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza e Fernando Julião, presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Apresentou pedido de substituição o senhor deputado Victor Fernando Santos Neto, representado por André de Jesus Pinho e Manuel José Ferreira Bogalho, representado pelo senhor António Bastião. --

----- Faltaram à presente sessão os senhores deputados Victor Fernando Santos Neto, Manuel José Ferreira Bogalho e Mário Batista Tarenta.-----

----- Da câmara municipal estiveram presentes os seguintes membros: o presidente da câmara municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os vereadores senhor João Paulo Sousa Gonçalves, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques, senhor João Manuel da Cruz Domingues e o senhor Mário Martins Júnior. -

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 25/10/2013; 26/11/2013; 27/12/2013 e 28/02/2014.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal informou os presentes de que irá ser submetida a votação a ata do dia 25/10/2013 porque as restantes não estão ainda verificadas e corrigidas e, portanto, não serão alvo de apreciação e votação nesta sessão. Assim sendo, submetida a votação a ata do dia 25/10/2013 foi aprovada por maioria, com uma abstenção, do senhor deputado André Pinho por não ter estado presente na reunião desse dia. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor presidente da assembleia municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da assembleia municipal, no período compreendido entre 28 de fevereiro e 30 de abril de 2014. O senhor presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do regimento da assembleia municipal de Vagos, o senhor presidente informou o órgão deliberativo que a mesa da assembleia municipal justifica as faltas dadas pelos senhores deputados Victor Fernando Santos Neto e Manuel José Ferreira Bogalho à sessão de hoje. -----

----- Seguidamente o senhor presidente da mesa deu início ao período antes da ordem de trabalhos. ---

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- Pediu e usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia e referiu que a juventude socialista de Vagos, desde o dia um de março ao dia doze de abril de dois mil e catorze, levou a cabo uma campanha chamada “*Juventude Solidária*”. Esta campanha serviu para recolher bens essenciais a serem distribuídos por entidades e associações que colaboraram na iniciativa. A campanha foi um sucesso não só pelo seu cariz social mas também pelo *feedback* recebido e foi muito gratificante ver a generosidade dos vaguenses. Sempre defenderam que quaisquer iniciativas que sejam feitas, quer pela autarquia quer por outras entidades, devem ser realizadas em permanente colaboração com todas as instituições e todas as forças vivas do concelho de Vagos. Devem aproveitar-se todas as riquezas do concelho e

tentar estabelecer uma relação de proximidade permanente com todos os cidadãos. Esta iniciativa teve como objetivo mostrar que a solidariedade deve ser uma das principais forças de interesse do concelho, principalmente num clima de austeridade como aquele que se vive atualmente. A segunda questão que a senhora deputada abordou prende-se com a apresentação de uma moção subscrita em conjunto do grupo municipal do PS e do grupo municipal do PSD, lida na sessão e entregue à mesa, que após transcrição na íntegra será anexada à presente ata: *“os deputados da assembleia municipal de Vagos entendem que há necessidade de Portugal ter um estado mais ágil, mais humanizado na relação com os cidadãos e com uma gestão eficiente dos recursos públicos. Na medida em que persistem dúvidas sobre se será esse o resultado da reformulação dos serviços públicos em curso ao nível nacional que poderá afetar aqueles instalados no município de Vagos, esta assembleia incumbe a câmara municipal de, na sua próxima reunião emitir uma posição contra a limitação dos serviços públicos Vaguenses, tendo em consideração as suas consequências no domínio da capacidade de resposta dos serviços a todas as solicitações dos cidadãos e à situação dos seus trabalhadores. Essa posição deverá ser enviada no dia da reunião de câmara às entidades competentes do governo da República.”* O senhor presidente da mesa submeteu a aprovação a discussão da moção, para posterior aprovação ou rejeição, tendo esta sido aprovada por unanimidade. Assim sendo, a moção foi posta à discussão e sobre este assunto usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e referiu que é importante que a assembleia municipal e a câmara municipal, porque tem uma expressão no documento que *“incumbe a câmara municipal”*, defendam os direitos dos cidadãos e os serviços públicos do próprio concelho. É mais uma posição da assembleia municipal, destes dois grupos, mostrando a preocupação que tem nos possíveis encerramentos ou diminuição de serviços. Portanto, é nesse sentido que esta moção é apresentada e subscrita pelo grupo municipal do PSD. Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor presidente da mesa submeteu a votação a moção que foi **aprovada, por maioria**, com a abstenção dos senhores deputados César Grave e Mário Castelhana. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e perguntou ao senhor presidente da câmara qual o ponto de situação dos cedros do passeio da Carregosa. Entretanto, fez referência ao 58º aniversário do Vaguense, celebrado no dia um de maio, e para o qual algumas entidades foram convidadas a participar na caminhada e deixou o apelo à participação de todos nesta iniciativa. O senhor deputado fez, ainda referência, à associação de futebol de Aveiro que abriu no dia vinte e nove de abril as cerimónias de comemoração do 90º aniversário e calendarizou para o distrito algumas provas das quais duas se irão realizar no concelho de Vagos no dia dez de junho com a final da taça de juniores femininos em futebol de sete, pelas 11h 00m, no estádio municipal de Vagos e a super taça distrital de séniores masculinos de futebol de onze, pelas 17h 30m. -----

----- Seguidamente usou da palavra a senhora deputada Ana Paula Branco para pedir um esclarecimento relativamente à obra que se está a fazer inserida no programa POLIS da RIA, mais concretamente a união que está a ser feita com os passadiços Vagueira / Costa Nova. A senhora deputada gostaria de saber se a câmara municipal tem conhecimento das soluções técnicas ali adotadas, visto que uma das soluções foi o uso de betão poroso, que no entender técnico da senhora deputada não é o mais adequado para o local. E não é o mais adequado por duas razões: primeiro,

porque a médio prazo irá ficar danificado, atendendo às suas características técnicas; segundo, porque pode ter um impacto ambiental bastante significativo a nível de contaminação de solo e das águas. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado César Grave e referiu que *“o grupo do CDS pretende esclarecimentos do executivo sobre a denúncia da extração ilegal de areias”*. Foi-nos enviado para os vários grupos parlamentares, desta assembleia, a denunciar com fotografias e com toda a documentação e é sobre material que eu pretendo esclarecimentos. Mais, na reunião anterior desta assembleia municipal o senhor deputado Juan Martins, do grupo parlamentar do PPD-PSD, proferiu declarações injustas sobre uma suposta tomada posição pública por mim em que tão somente manifestou o seu desagrado com a forma como acabaram por ser escolhidos os delegados representantes do município de Vagos na CIRA. Dado que o senhor deputado Juan Martins trouxe formalmente à assembleia anterior este ponto, quando ele já estava resolvido, mal resolvido na nossa opinião, e porque não podemos deixar as considerações proferidas cabe-nos exercer o direito de resposta com o objetivo primário de repor a verdade. Assim, efetivamente, o CDS-PP leu e interpretou os assuntos inscritos na convocatória da primeira reunião desta assembleia municipal, da legislatura corrente. Em relação à eleição dos delegados e respetivo método prevaleceu a opinião e esse procedimento se iria desenrolar como na legislatura anterior, ou seja, seria constituída uma lista consensual no seio das forças partidárias representadas e seria votada por unanimidade. Entendemos que o que estava na convocatória era uma recomendação e não uma obrigatoriedade. Naturalmente que o PPD-PSD agiu com cobertura legal, neste caso. O CDS-PP confiou no que foi usual fazer no passado não encontramos qualquer referência, afirmações de pessoas autorizadas do CDS-PP de que o PPD-PSD agiu de forma desonesta nesta matéria. No entanto, independentemente da forma como tudo se desenrolou com mais ou menos declarações justas ou injustas do ponto de vista da ética política o facto que persiste é o seguinte os eleitores do município de Vagos estão globalmente representados na CIRA, porque o PSD não obteve 100% dos votos. Somos o único município da comunidade em tal situação. Dito isto o CDS-PP encerra este assunto não sem lançar um repto: alicerçados no convencimento de que o PSD é um partido que reclama observar os mais altos ideais democráticos, entre os quais está o da representatividade, sugerimos que o PPD-PSD proponha ao senhor presidente, Dr. Rui Cruz, a anulação do ato que elegeu os atuais representantes desta assembleia na CIRA e seja convocado um outro para nova eleição em que a representatividade proporcional seja garantida, seja com uma lista de consenso e que seja pelo método previsto na lei. Mais vale começar mal e acabar bem do que o contrário. Muito obrigado.” -----

----- Seguidamente interveio o senhor deputado Óscar Pascoal e questionou se há avanços relativamente à questão da biblioteca municipal. -----

----- Entretanto, o senhor deputado André Pinho usou da palavra e referiu que este inverno foi, em termos de fustigação da costa, muito exagerado e por isso quer saber se a câmara irá conseguir cumprir os prazos para a abertura da época balnear, nomeadamente o início das obras dos passadiços. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e começou por dizer que *“a posição do PSD em relação àquilo que o CDS diz, portanto, a resposta do CDS foi dada na última assembleia com ausência de resposta e para mim encerrou essa situação.”* Entretanto, colocou algumas

questões e pediu que o senhor presidente da câmara fizesse uma avaliação de como correu o campeonato do mundo das artes marciais, estilos livres, uma vez que este tipo de organizações que têm alguns problemas, embora também tenha muitos méritos. Outra questão que abordou prende-se com a viagem aos Estados Unidos da América com o senhor presidente da associação dos bombeiros voluntários, onde solicitou uma avaliação da mesma. O senhor deputado solicitou, ainda, um pequeno resumo das obras que estão a decorrer na Quinta do Ega, ou melhor, em que ponto é que estão e para quando a conclusão das mesmas. Entretanto, deixou um repto à câmara municipal e que é o seguinte: na questão da fiscalização das obras públicas que estão a decorrer deve ter-se em conta a sinalização e a forma como decorrem os trabalhos, porque vemos muitos processos de acidentes, que não chegam a dar em nada muitos deles, mas, a maior parte dão-se por defeito de sinalização e ausência de sinalização e compete à câmara municipal fiscalizar. Concluindo, solicitou informações em relação ao protocolo com a EDP, ou seja, numa altura de contenção de custos leu-se no jornal que a câmara municipal está a fazer a substituição das luminárias com custos “astronómicos”. Os valores apresentados são muito altos e o senhor deputado queria uma explicação de todo este processo que levou à assinatura deste protocolo. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor presidente da câmara municipal para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. Em resposta à intervenção da senhora deputada Carla Gouveia referiu que obviamente é uma preocupação da câmara municipal tudo o que diz respeito ao eventual encerramento de serviços de proximidade. O senhor presidente já teve oportunidade de dizer que a informação que teve foi derivada de uma reunião que teve com o senhor secretário de estado e a garantia dele foi de que esses encerramentos não iriam acontecer, apesar de ser uma medida no memorando de entendimento da *troika* desde a sua fase inicial. Mas, obviamente que a autarquia tem essa preocupação e acolhe de forma positiva a preocupação da assembleia municipal que no fundo vem reforçar aquilo que é perspectiva da câmara municipal neste assunto. Em relação às questões do senhor deputado Mário Castelhana o ponto de situação relativamente aos cedros houve uma conversa com o proprietário e ele iniciou já o corte, está feito um corte parcial, e a informação que há é que assim que tiver oportunidade irá dar continuidade ao trabalho que já iniciou. Sobre a questão dos dois aniversários, quer do vaguense quer da federação portuguesa de futebol de Aveiro, é, obviamente, com prazer que a câmara se associa a eles, porque tem sido um parceiro destas instituições e de outras, em particular da associação de futebol de Aveiro. Os mais recentes árbitros, aqueles que têm tido a formação mais recente, têm feito formação no concelho de Vagos e não é para que os clubes de Vagos sejam beneficiados pelas arbitragens no futuro. Tem havido um bom entendimento com a associação de futebol de Aveiro e esta consideração que houve com o município de Vagos deriva desse entendimento que existe já de algum tempo a esta parte. Relativamente à questão da senhora deputada Ana Paula Mourão sobre as obras da POLIS da RIA, troço Vagueira/Costa Nova, e a utilização de betão poroso, o senhor presidente referiu que esta entidade é constituída por três entidades: a comunidade intermunicipal da região de Aveiro, onde os municípios se sentem representados, o ICNF e a agência portuguesa do ambiente (APA). Nesta entidade estão representadas as duas instituições que mais entendem da matéria ambiental no nosso país e que são bastante rigorosas no cumprimento das questões ambientais.

A informação que existe relativamente a esse material, que é bem mais caro do que o betuminoso normal, tem a ver com a questão da drenagem e que permite a drenagem. Este foi um material aprovado pelo dono de obra, que é a PLOIS da RIA, mas que também teve o consentimento da câmara municipal baseado em parecer dos técnicos da câmara municipal. Portanto, julga-se que depois desta explicação a utilização do material cumpre aquilo que são as regras e o senhor presidente tem a certeza absoluta que quer a APA quer o ICNF não permitiram a utilização de materiais que colocassem em causa aquele ecossistema. Relativamente à questão do senhor deputado César Grave esclareceu que o *dossier* foi enviado para diversas entidades, incluindo a câmara municipal, e o ponto de situação é que os fiscais municipais já se deslocaram aos locais referidos e ainda hoje o senhor presidente esteve a falar com o jurista da câmara municipal que o informou de que o processo está, neste momento, em fase de instrução. O senhor presidente referiu que tem impressão que num dos casos já existe um auto do CEPNA, embora esta informação não seja fidedigna porque não a confirmou. Em relação à questão do senhor deputado Óscar Pascoal no que respeita à biblioteca municipal informou de que a senhora vereadora Sara Caladé tem feito nas reuniões de câmara o ponto de situação. Neste momento, houve entendimento com o empreiteiro e com os subempreiteiros e já reiniciaram os trabalhos, não com a celeridade que se gostaria. Entretanto, os trabalhos pararam, porque o empreiteiro tem uma outra obra no concelho e os subempreiteiros são os mesmos e estão a vir para a obra mediante as disponibilidades e os trabalhos estão a decorrer não dentro da normalidade mas pelo menos melhor do que estavam, ou seja, não estão parados e grande maioria do trabalho já foi feito. A questão colocada pelo senhor deputado André Pinho, relativamente à abertura da época balnear, à partida não haverá nenhum constrangimento, no que respeita às datas previstas. A obra que a câmara tem protocolada com a APA foi para visto ao tribunal de contas e foi feita a assinatura do contrato com o empreiteiro, entretanto o tribunal de contas solicitou alguns esclarecimentos adicionais, um dos quais a ratificação de um despacho do presidente da altura que não tinha sido feito por um lapso dos serviços, foi feito, agora, na última reunião de câmara. O *dossier* está preparado para ser novamente enviado ao tribunal de contas para visto e, depois, fica-se a aguardar o visto, mas isso são as burocracias que se tem de seguir e que condicionam o início da obra. De todas as formas, obviamente, no decorrer da época balnear não irão haver obras pelo menos nos sítios que interfiram diretamente, se der para conciliar alguns trabalhos far-se-ão as obras na mesma. Em resposta à questão do senhor deputado Juan Martins sobre o campeonato do mundo de artes marciais o balanço foi positivo para o município. No evento inscreveram-se três mil oitocentos e onze atletas que ficaram um pouco por todo o concelho e na região. Há, como é óbvio, alguns aspetos a melhorar, nomeadamente a questão da comunicação e da interação dos atletas com o concelho. Os comerciantes também acharam positivo contudo pretende-se que seja maior esse efeito e, portanto, solicitado que foi à câmara municipal um apoio, novamente, para o mesmo evento no ano de 2015, que já foi feito, irão ser articulados alguns aspetos que procurarão melhorar este tipo de situações menos positivas. Ter em Vagos cerca de setenta delegações de diversos países, desde um Afeganistão ao Kuwait passando pelo Roménia ou pelo Cazaquistão, dignificou muito o concelho e as equipas ficaram satisfeitas com o enquadramento que o espaço tem. O espaço é exclusivamente dedicado a infraestruturas desportivas e de educação, e também tem o centro de saúde algum apoio, e,

portanto, no fundo o balanço foi positivo mas há aspetos a melhorar que serão tidos em conta da edição de 2015, se for aprovado pela câmara municipal. Em relação à viagem aos Estados Unidos da América a câmara municipal fez-se representar a convite dos bombeiros voluntários de Vagos no evento que decorreu no clube português de South River onde existe uma grande comunidade vaguense, cerca de três a quatro mil, de todo o concelho mas com uma grande incidência na freguesia de Gafanha da Boa Hora e Vagos e Santo António. A festa foi muito interessante e angariou-se fundos para os bombeiros voluntários de Vagos, ou seja, para a campanha da ambulância, porque era para este fim específico que se destinava, e o concelho esteve representado pelo presidente da câmara e pelo presidente da associação dos bombeiros voluntários de Vagos. Entretanto, há ideia de, eventualmente, se realizar uma festa igual no clube português de New Work, porque houve uma pessoa que se deslocou propositadamente de New Work para South River para fazer o convite. O balanço foi muito positivo, no fundo, a metodologia que foi utilizada foi a mesma do passado aquando da visita de outros membros da câmara municipal, também nesta ambiência de angariação de fundos para os bombeiros aos Estados Unidos da América. Relativamente à requalificação da Quinta do Ega o prazo previsto para a conclusão da obra, neste momento, é o mês de maio mas já há algum ligeiro atraso, não tanto na Quinta do Ega mas mais no Cais do Moliço. Sobre este assunto irá realizar-se uma reunião no próximo dia 06 de maio na POLIS para tratar de algumas questões e julga-se que maio não será o mês da conclusão mas junho será uma certeza, porque em Agosto haverá o Vagos Open Air e o espaço tem de estar utilizável. Agora, é um facto que este inverno foi muito rigoroso, aquela zona é alagadiça e isso teve influências no decurso da obra. Em relação à questão da sinalização dos trabalhos e das outras sinalizações, nomeadamente dos buracos existentes no concelho, e que são muitos, é intenção da câmara municipal, para além das estradas que estão a ser alvo de intervenção, verificar em que estado ficam as estradas após o término das obras que estão a decorrer e, neste momento, existem duas intervenções de elevado valor a decorrer no concelho, que são as obras de saneamento da zona sul e as obras de abastecimento da associação de municípios do Carvoeiro, e que estão a causar alguns constrangimentos. Portanto, ter-se-á de aguardar pela conclusão das obras para se elaborar internamente, na câmara municipal, um plano para a intervenção nas vias que estão mais prejudicadas. Obviamente, há aqui duas questões, ou seja, quando os acidentes que ocorrem em obras que estão adjudicadas, como é o caso dos que se deram na zona sul, no perímetro das obras da ADRA, esses pedidos chegam e são encaminhados para a ADRA que por sua vez terá de articular com o empreiteiro e com a seguradora deste. Nestes processos nem sempre são céleres as decisões mas a câmara tem tentado, nestes casos, articular com a ADRA e pressioná-la para que esta, por sua vez, pressione o empreiteiro. A outra questão tem a ver com a falta de sinalização ou buracos que estão na estrada e que provocam acidentes e danos nos automóveis ou motociclos das pessoas e isso, obviamente, a câmara tem de assumir. O senhor presidente não consegue, neste momento, quantificar o valor de compensações que a câmara pagou nos últimos tempos mas será um valor para o qual se deverá estar alerta embora não seja extremamente gravoso. De qualquer das formas terá de ser melhorada essa metodologia de trabalhos. Relativamente ao protocolo da EDP, esse processo foi conduzido pelo senhor vice-presidente, a colocação de luminárias num projeto piloto não tem um custo elevado, porque é um custo que tem um *payback* num

curto espaço de tempo, para além de que estas luminárias saem à autarquia muito mais baratas do que se fossem adquiridas. Tem um custo muito reduzido, cerca de 20% menos do custo total da luminária e tem comportamentos em termos de consumo muito melhores, ou seja, se a câmara pudesse, neste momento, dotar o concelho todo de luminárias *leds*, com esse investimento iria fazer-se progressivamente, com certeza, porque era pago muito rapidamente. Neste momento, irá incluir todo o centro de Vagos, foi iniciada aquela primeira fase mas dentro em breve, está a articular com a EDP, irá ser feito o restante do pedido e a EDP foi generosa com o município de Vagos, depois da câmara negociar, porque estavam previstas inicialmente dezoito luminárias e conseguiu-se quase dez vezes mais. O grande motivo pelo qual os municípios, que apostavam nisso, tinham algumas dificuldades é que a EDP não fazia as manutenções das luminárias *leds*. Neste momento, este material é certificado pela EDP e a manutenção também é garantida pela EDP. O que marca a grande diferença para aqueles projetos que havia anteriormente, alguns deles até financiados por fundos comunitários aos quais depois não era garantida a manutenção. No âmbito daquilo que se tem falado, e relacionado com o campeonato do mundo, a câmara, ainda recentemente, teve duas atividades, embora com menor impacto em termos de números de participantes, mas que também trouxeram a Vagos pessoas de outros países, nomeadamente um evento da universidade aberta que trouxe a Vagos entre 25 a 30 pessoas de todo o país e de todo o mundo e um projeto que foi financiado, e que já vem do mandato passado, de terapia da dança para invisuais. Estiveram em Vagos duas comitivas uma da Eslovénia e outra da Croácia. -----

----- **E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto um da ordem de trabalhos à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor presidente da câmara municipal prescindiu de expor oralmente a informação. -----

----- Entretanto pediu e usou da palavra o senhor deputado Juan Martins para solicitar ao senhor presidente da câmara que o esclarecesse relativamente à assinatura dos contratos, mais concretamente as adjudicações, uma vez que não são referidos quaisquer valores nesta informação. Ainda relativo ao documento, há uma alínea que faz referência à requalificação dos armazéns municipais projeto de execução. De acordo com o senhor deputado os armazéns tiveram uma requalificação há cerca de quatro anos e agora queria saber a que tipo de requalificação se refere este ponto. Relativamente aos processos judiciais o senhor deputado quis deixar um conselho: dá ideia, ao ler estes processos, que muitos deles são cópia daquilo que foi feito anteriormente, inclusive há aqui deles que já não deviam estar, porque há questões que já foram resolvidas. Na questão do processo 4/12 e 549/12, da ENCOBARRA, quando fala, no segundo parágrafo, *“foi o município condenado a reconhecer ... mas imputáveis ao projetista, ...”*. O senhor deputado pergunta: *“quem é o projetista? E se câmara tem a intenção de imputar esta responsabilidade aos projetistas?”* Relativamente à informação financeira quis deixar um pequeno apontamento de extrema importância que é valor da redução das dívidas. Está-se a

falar de um redução, desde as contas que vão ser apreciadas mais à frente, de cerca de 1,3 milhões de euros. -----

----- O senhor presidente respondeu às questões colocadas pelo senhor deputado e relativamente à assinatura do contrato reconheceu que pode ser melhorada a informação e é um aspeto a ter-se em atenção na próxima sessão. De facto o contrato assinado para os arranjos exteriores do centro escolar de Fonte de Angeão, tal como todas as obras, foi por concurso público. Esta obra ronda os noventa e cinco mil euros e trata-se da construção de um acesso à entrada ao centro escolar. A requalificação e defesa do cordão dunar, a obra com quem se fez o protocolo com a APA, custa cerca de setecentos e cinquenta mil euros e foi assinado o contrato com a Arouconstrói e enviado para visto do tribunal de contas porque o valor assim obriga. A obra de acesso ao estádio municipal já teve consignação, porque não obriga a visto e pode fazer-se, e também foi por concurso público, tendo sido adjudicado à PAVIAZEMÉIS por cerca de duzentos mil euros e implica o alcatroamento daquela rua, designada rua do estádio, a rua padre Alyrio de Mello, a travessa padre Maria Vicente da Rocha e rua da Alegria. Tanto os arranjos exteriores do centro escolar de Fonte de Angeão como os acessos ao estádio municipal foram, recentemente, candidatados ao *Overbooking* que terminou no dia 31 de março, ou seja, é possível que o município vá buscar financiamento para estas obras. Em relação aos armazéns municipais o projeto de requalificação é, no fundo, uma segunda fase, isto é, um acrescento ao que foi feito numa primeira fase. A primeira fase foi mais na parte exterior e esta segunda fase é mais a nível dos gabinetes, retirada do teto, que está em “lusalite”, criação de balneários para os trabalhadores e a melhoria daquele espaço em geral por forma a dar melhores condições de trabalho aos funcionários e para se cumprir algumas normas relativamente à higiene e segurança no trabalho. O médico de medicina do trabalho do município tem chamado à atenção para alguns aspetos e essas sugestões têm sido aceites com bastante vigor. No que respeita ao processo judicial foi deliberado pela câmara municipal, e não aparece aqui porque ainda não foi enviado para o advogado da câmara, ser analisado internamente para saber se de facto há motivos ou não para solicitar responsabilidades. O arquiteto do centro escolar de Fonte de Angeão é Miguel Marcelino, escolhido na altura no âmbito de um concurso que inclusive saiu na revista da ordem dos arquitetos como sendo um concurso modelo. Em relação às contas o senhor presidente regista com agrado a intervenção do senhor deputado. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 18 de junho de 2013, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA UM REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e referiu que este processo já tinha seguido os seus trâmites, foi deliberado em junho do ano passado ser remetido à assembleia municipal. Entretanto, por força destas mudanças todas só agora foi possível agendar e, portanto, é para no fundo dar cumprimento à implementação do conselho municipal da juventude em Vagos. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e solicitou ao senhor presidente da câmara uma justificação relativamente ao regulamento, isto é, o regulamento não

tem de ser, depois, criado pelo próprio conselho. A câmara municipal está a criar o regulamento de um conselho onde têm de ser os representantes a regulamentar o seu funcionamento. O senhor deputado não sabe se isto poderá ser oportuno ou não mas se houver algum deputado municipal que saiba porque é que assim o é, embora fosse mais lógico o contrário. Relativamente às composições da representação de quanto à representação dos membros da assembleia municipal deveria ser atualizado para que no futuro possa consagrar situações como a que existe neste momento, por exemplo a forma como o senhor deputado exerce o seu mandato, ou seja como independente. Mesmo que os partidos não gostem a lei existe para proteger estes políticos e, por isso, faz no artigo 4º, alínea b) haver uma atualização. -----

----- Seguidamente usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia e referiu que finalmente o conselho municipal da juventude e é com grande gosto que se sente a, hoje, na bancada do partido socialista, e como representante da juventude socialista a apreciar esta proposta de regulamento. Como é do conhecimento de todos a JS de Vagos luta há dez anos pela instituição de um conselho municipal da juventude em Vagos. A senhora deputada sente-se satisfeita por finalmente o executivo ter adotado esta medida porque já não se precisam mais de desculpas para que esta decisão seja constantemente adiada. Afinal, é um órgão consultivo, tal com está escrito no regulamento, em que os intervenientes, neste caso os jovens, possam dar a sua opinião no que se refere à política setorial referente à juventude vaguense e para que a autarquia possa ouvir as suas opiniões noutros casos e em outras matérias. Sobre o regulamento apresentado este terá de ser colocado na prática urgentemente, visto que o município de Vagos está atrasado em relação a muitos outros nesta matéria, e só com a aplicação deste modelo é que daqui a um ano se poderá refletir e fazer uma avaliação sobre o mesmo. Por fim, a senhora deputada deixa uma proposta que tem vindo a ser feita, sempre que se fala deste assunto, e que foi renovado nas eleições autárquicas, e que se prende com o compromisso do partido socialista para como os vaguenses, ou seja, propõem a organização de uma semana da juventude ou um simples fim-de-semana com atividades para a juventude, como existe em vários municípios. Esta iniciativa poderia até vir a ser o primeiro ponto da ordem de trabalhos do conselho municipal de juventude de Vagos. O partido socialista conta que a câmara aceite esta proposta para se começar a dar utilidade aos grupos de trabalho criados, neste caso este conselho, e para que eles existam efetivamente na prática e não apenas no papel. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e referiu que apresentaram um regulamento no qual ele vai votar contra, *“porque discorda completamente da criação do conselho municipal da juventude que é um conselho setorial a não ser que me garantam que a seguir vão criar o conselho municipal sénior, o conselho municipal infantil, etc. O sistema político partidário assenta, precisamente, nos partidos e estes, por sua vez, têm de contemplar as suas políticas para a juventude e para todos e não se pode andar a criar conselhos específicos para cada área para o cidadão pagar. Este é um órgão consultivo que fazia sentido no princípio da democracia. Eu, em tempos, fiz parte de um conselho municipal, que não era da juventude, e reunia na altura representantes das forças vivas e isto porque se estava no início da democratização do país, os partidos políticos tinham pouca juventude, a sociedade tinha muitos problemas ao qual os próprios partidos não conseguiam dar resposta. Para mim, nos dias de hoje, não faz qualquer sentido criar um conselho municipal seja ele da juventude, seja*

sénior, seja infantil e como tal vai votar contra.” O senhor deputado solicitou que esta intervenção fosse tida em conta como uma declaração de voto. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e referiu dois pontos: o primeiro com extremo desagrado a intervenção do senhor deputado Mário Castelhana e com extremo agrado a da câmara municipal. O senhor deputado trabalha há muitos anos com juventude, há bastantes anos, e desde sempre lutou pela criação de um conselho municipal da juventude. A primeira vez que ouviu falar neste assunto o senhor presidente da câmara fazia parte da JSD, o que também não foi há muito tempo, e, por isso, quer manifestar o seu agrado pela concretização deste projeto. -----

----- O senhor presidente respondeu às questões colocadas pelos senhores deputados. Relativamente à questão do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos referiu que a introdução deste regulamento começa por dizer que tem como lei habilitante a 8/2009, ou seja, e respondendo também ao senhor deputado Mário Castelhana, deriva da lei e já existem outros conselhos municipais: conselho municipal da educação; conselho municipal da defesa da floresta contra incêndios, conselho local da ação social. Deriva da lei a constituição deste conselho e, portanto, a câmara não teve outra alternativa, embora na questão do princípio o senhor presidente não concorde com o senhor deputado Mário Castelhana, mas, mesmo que concordasse, decorre da lei e, assim sendo, não há nada a fazer. Relativamente à proposta da senhora deputada Carla Gouveia será um dos assuntos que se pode e deve discutir no conselho municipal da juventude, embora já haja diversos eventos ligados à juventude que são tratados nesse âmbito nomeadamente articulando com as associações de caráter juvenil do concelho, que infelizmente são só duas: a Dunameão e o JAMUNAS. Por exemplo, JAMUNAS organiza num fim-de-semana o festival VAGARAGENS que tem sido um evento com bastante sucesso para o investimento que lá é colocado. O investimento é muito mais humano, muito mais trabalho, por parte da associação, do que o investimento financeiro por parte da câmara municipal, mas existem outros eventos: municípios sem fronteiras, vagueira *Surf Fest*, para além daqueles que têm um âmbito muito mais nacional como é o caso do Vagos Open Air. Portanto, esta será uma questão a abordar e poder-se-á até integrar uma série de eventos destes na mesma semana e fazer a semana da juventude. Entretanto, e respondendo à intervenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e à sugestão que apresentou cumpre-lhe a ele fazer uma proposta de alteração da alínea b) do artigo 4º e saber qual é a redação que lhe pretende dar e depois a assembleia será soberana em se pronunciar sobre esse aspeto. -----

----- O senhor deputado Filipe Mendonça Ramos retomou a palavra para dizer que não é uma questão, propriamente, de ser deliberado pela assembleia, é uma questão da representação da assembleia neste órgão. Portanto, não pode ser da exclusividade só dos grupos dos partidos e sim, conforme o que a lei diz e, neste caso, como diz que a composição do conselho municipal da juventude é a seguinte “o membro da assembleia municipal por cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na mesma” e devia acrescentar-se “ou membros que não queiram pertencer a grupos e queiram estar como independentes”, porque têm esse direito. Estas representações não são exclusivas dos partidos ou dos grupos partidários, pelo menos não é esse o entendimento da lei, embora o senhor deputado reconheça que esta situação não seja muito confortável para os partidos. O senhor deputado gostaria de ver isso consagrado porque no futuro até podem vir a existir outro tipo de organizações independentes, neste

mandato é assim que está e pode até nem vir a acontecer mais no futuro e deve respeitar-se o que a lei diz. Os membros das assembleias municipais não são obrigadas a estar nos grupos partidários mas têm esse direito de não quererem e tem direito a querer pertencer a um conselho destes. Era isto que gostaria de ver alterado, parece-lhe justo, não parecendo ser objeto de deliberação da assembleia mas o senhor presidente da mesa poderá pronunciar-se sobre as competências da assembleia e da própria mesa, se assim o entender, mas não é esse o entendimento. -----

----- O senhor presidente da mesa referiu que a proposta está aqui, o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos não apresentou uma proposta à assembleia municipal para ser analisada e votada, podendo fazê-lo, e, portanto, dá como encerrada a discussão. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria**, com 7 (sete) votos contra, do grupo municipal do CDS, e a abstenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 09 de abril de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO TRÊS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA UM REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE VAGOS;** -----

----- Relativamente a este ponto usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e informou de que vai votar favoravelmente esta proposta de regulamento, por uma razão: *“porque entendo que deve de haver, e há aqui uma vontade expressa, uma uniformização de procedimentos que poderá vir a servir de exemplo aos outros cemitérios que estão sob orientação das juntas de freguesia e eu acho que isso é francamente positivo e tem de ser realçado e reconhecido. Como se trata de um cemitério que é municipal entendo que também deve ter um regulamento e que provavelmente pode vir a ser aqui um princípio para uma futura gestão, também porque os tempos evoluem, as reformas por aí também virão, e depois não venham cá dizer estão contra isto porque o estado vai tirar aí algum engenheiro de escavações, ou de outra coisa qualquer, porque há que criar sinergias, portanto, tudo indica que é uma boa medida, uma boa iniciativa, atendendo aquilo que eventualmente nos espera no futuro.”* -----

----- A senhora vereadora Dulcília Sereno usou da palavra para fazer prestar esclarecimentos sobre o regulamento. Este regulamento teve de ser adequado aos dias de hoje, porque o que existia estava obsoleto não estava adequado à realidade uma vez que a legislação mudou e o documento teve de ser ajustado à nova lei. O documento esteve em consulta pública durante trinta dias e, sem dúvida, adequa-se muito mais à realidade, porque quase todas as juntas de freguesia têm um regulamento atualizado e a câmara era a única que tinha o seu ultrapassado. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria**, com 3 (três) abstenções dos senhores deputados Ana Paula Mourão, Óscar Pascoal e António Bastião. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião extraordinária da câmara municipal, realizada no dia 16 de abril de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO QUATRO - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013.** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e referiu que relativamente à prestação de contas de 2013 foram enviados os documentos. Em relação a este assunto o que se tem, e começando pelo total de receita cobrada, é um aumento de cerca de seis milhões duzentos e cinquenta mil euros face ao ano de 2012, ou seja, executou-se uma receita de dezanove milhões seiscentos e noventa e dois mil, cento e quarenta e oito euros. Este resultado deriva de várias situações: por um lado a execução do PAEL, onde se conseguiu encaixar uma receita de cerca de 3,5 milhões de euros; por outro lado, também a execução absolutamente única, desde que há fundos comunitários, de fundos comunitários. Durante o ano de 2013 conseguiu executar-se cerca de 3,9 milhões de euros de fundos comunitários, para além de alguns aumentos que ocorreram nomeadamente no que diz respeito à cobrança de IMI, porque como se sabe o processo de reavaliação de prédios urbanos que decorreu e teve consequências no ano 2013. Não houve um aumento do IMI por parte desta assembleia, que aprovou para o ano de 2013 um IMI de 0,3%, taxa mínima permitida pela lei, mas de facto houve um aumento da receita por força da reavaliação dos prédios urbanos e isto fez com que existisse algum aumento relativamente a 2012. Entretanto, houve também alguns aumentos que derivam, por exemplo, durante o ano 2013, do acerto das verbas em atraso no imposto de circulação e que reverteu a favor da câmara porque houve um aumento de cerca de dois mil euros de 2012 para 2013. É de realçar o trabalho feito e que foi fundamental para este resultado, muito mais relevante que o próprio PAEL, que foi de facto a execução dos fundos comunitários, uma execução recorde. A execução da receita em 2013 foi absolutamente recorde, nunca o município de Vagos tinha atingido estes valores de execução financeira, quer em termos brutos quer em termos percentuais. Ainda há uns anos atrás o município teve execuções de 20% e 30% e, portanto, até aqui o caminho foi bastante positivo. Relativamente à evolução da receita por rubrica os impostos diretos aumentaram no ano de 2013 e houve, também, um aumento das transferências correntes do FEF que foram compensadas negativamente por um acréscimo das transferências de capital, também do FEF, ou seja, o estado orientou as suas transferências na base corrente e retirou cerca de um milhão de euros de transferências de capital. Contudo, ainda assim, por força da execução dos fundos comunitários a execução de transferência de capital do lado da receita foi de cerca de cinco milhões de euros, mais precisamente quatro milhões e oitocentos. Por outro lado nos passivos financeiros houve um aumento que derivou do PAEL, uma execução de cerca de três milhões e meio de euros. A evolução dos empréstimos obtidos durante o ano de 2010, 2011 e 2012, porque não foram contraídos nenhuns empréstimos, pelo menos de médio e longo prazo, ou seja, não houve um aumento do saldo de empréstimos. Esse aumento só ocorreu em 2013, precisamente, pela execução do plano de apoio à economia local e, como se pode verificar, o aumento não é dos 3,5 milhões de euros porque, obviamente, entretanto houve amortizações. Aliás, no decurso de 2013 já foi amortizado parcialmente o PAEL. Em termos de taxas de execução da receita corrente foi de 87,1%, a taxa de execução da receita de capital foi de 75,3%, houve um aumento de 36,5% para 75,3%, isto é, mais que se duplicou relativamente ao ano anterior e isso dá uma execução total de 81,2%. O senhor presidente tinha referido na apresentação do orçamento que com certeza se atingiriam valores de execução acima dos 70% e esse objetivo foi definido como algo ambicioso na altura pela assembleia municipal, não esta

mas a outra. Mas de facto conseguiu-se ultrapassar e muito esse valor. Na despesa total o valor é semelhante, executou-se dezasseis milhões seiscentos e noventa e oito mil euros de despesa repartida pelas despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços aumentou ligeiramente. E aumentou porque, de facto, pagou-se os valores em atraso do PAEL e, portanto, isso permitiu, em termos de execução financeira, que a aquisição de bens e serviços tivesse um aumento. Não se aumentou as compras mas aumentou-se a execução financeira nestas rubricas. A aquisição de bens de capital aumentou significativamente pela execução de despesas de capital. A relação entre receitas correntes, despesas correntes e receitas de capital e despesas de capital permitiu que existissem receitas correntes aplicadas em despesas de capital, ou seja, é um dado positivo, o contrário não é possível legalmente. Não é possível ter-se receitas de capital e aplicar-se em despesa corrente mas normalmente há um equilíbrio entre estes dois itens. Neste ano, em concreto, conseguiu-se aplicar cerca de um milhão de euros de receitas correntes em despesas de capital. Ao nível da execução da despesa corrente ela atingiu 82,8% e a despesa de capital 79,7%, portanto, a execução de despesa total foi de 81,2%. A execução física foi de cerca de 96%, ou seja, existisse mais dinheiro e ter-se-ia tido mais execução financeira. As obras estão feitas em 96% do que estava orçamentado, curiosamente uma rubrica onde assenta uma parte da não execução, quer de obra quer financeira, foi a das pavimentações e, portanto houve, aqui, um défice em relação ao que estava orçamentado nas pavimentações. No peso das despesas com pessoal nas despesas correntes pode verificar-se que apesar das despesas com pessoal terem aumentado não aumentaram por se ter tido mais pessoas a trabalhar na câmara municipal, antes pelo contrário, reduziu-se o número de efetivos, mas em 2013 houve algumas alterações relativamente às obrigações do município, nomeadamente em relação a um dos subsídios que tiveram de voltar a pagar-se e sobretudo pelo aumento da comparticipação para a caixa geral de aposentações que teve um efeito bastante significativo. Portanto, como se pode verificar as despesas com pessoal que têm vindo a decrescer desde 2010 este ano tiveram um ligeiro aumento. O total de horas extraordinárias, em termos de horas, aumentou ligeiramente no ano passado, quando havia tido a redução de um valor brutal desde 2009. Como se pode verificar em termos do custo dessas horas extraordinárias passou-se de setenta e um mil euros em 2010 para, este ano, cerca de dez mil seiscentos e dezanove. O aumento do custo é muito ligeiro de 2012 para 2013 porque o valor de remuneração das horas extraordinárias aos funcionários reduziu significativamente porque recebem menos por cada hora que fazem e, portanto, como esse valor caiu, apesar do número de horas extraordinárias terem aumentado de forma significativa, o custo foi bastante reduzido. Em relação à análise económica a evolução dos proveitos e ganhos, no ano de 2012, houve proveitos de onze milhões setecentos e setenta mil euros e no ano de 2013, muito por força de algumas circunstâncias, nomeadamente o aumento das receitas com impostos e taxas e com os proveitos extraordinários, conseguiu-se aumentar os resultados para quinze milhões cento e dois mil euros, num aumento que significou uma taxa de crescimento de 28,3%. Relativamente à evolução da estrutura de custos e perdas passou no ano de 2012 de treze milhões quatrocentos e vinte e seis mil euros para cerca de quinze milhões trezentos e vinte mil euros com uma taxa de crescimento de 14,1%, obviamente, derivado do pagamento de algumas despesas antigas que existiam e que estavam devidamente cabimentadas no âmbito do PAEL. Relativamente à evolução da estrutura de proveitos e

ganhos versus custos e perdas pode verificar-se nos últimos anos tem-se vindo a equilibrar os valores dos proveitos e ganhos com os custos e perdas e este ano ficou-se num resultado negativo de cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Em relação à contratação de despesa corrente uma coisa é a estrutura de execução financeira das aquisições de bens e serviços, porque havia dívida que vinha de anos anteriores que estava no PAEL e que não se podia pagar para não se ver “ameaçado” o plano de apoio à economia local, só se pode mesmo pagar durante o ano 2013 com a execução do PAEL. A nossa estrutura de contratação de despesa corrente estagnou a partir do ano 2012, houve uma ligeiríssima redução em 2013, mas atingiu-se em termos de estrutura de contratação de despesa corrente o limite, ou seja, daqui para baixo “é quase impossível vir, em termos de contratação de despesa corrente a baixo deste valor”, porque aqui estão as despesas com os transportes escolares, a iluminação pública, a água, tratamento dos resíduos sólidos urbanos e uma série de outras obrigações que o município tem. É muito difícil vir a baixo deste valor na contratação de despesa corrente. Na evolução dos resultados conseguiu-se um resultado líquido do exercício de menos duzentos e setenta e sete mil novecentos e oitenta e oito euros, ou seja, a evolução desde o ano 2010 tem sido esta, não fosse um fator que joga aqui negativamente que é durante o ano 2013, e que contribuiu para a questão das defesas, os dois processos judiciais: um já antigo que é da Ria Vagos, que teve consequências financeiras durante o ano 2013, e o processo da Lomba do Forte Velho, que teve uma consequência financeira de cerca de quinhentos e sessenta mil euros, se não tivesse existido o resultado líquido seria positivo. Em relação à análise de *cash flow* e do resultado líquido, retirando as amortizações, o *cash flow* é positivo de 4,8 milhões de euros que tem evoluído desde 2010 e, ainda “no vermelho”, mas com evoluções positivas, há também o resultado líquido que atingiu um valor de duzentos e dezassete mil euros. Em relação há estrutura do ativo durante o ano 2013 não foi integrado no imobilizado umas obras que depois irão aqui ter um efeito positivo e que irão decorrer em 2014 essa integração mas a taxa de crescimento, apesar de ser negativa, foi ligeiramente negativa, contudo não é, ainda, um dado preocupante para além de que há de facto um trabalho nesta área, nomeadamente a inventariação do património onde há um longo caminho a percorrer e este imobilizado, só com esse trabalho, sem a execução de nenhuma obra, verá o valor aumentado. Relativamente à estrutura e evolução do passivo conseguiu-se uma redução de 4,7%, passando de trinta e três milhões de euros para trinta e dois mil euros, que é um dado positivo. Mas o dado mais positivo tem a ver com a posição e evolução da dívida que é aquilo que muitas vezes se discute, quer em sede de assembleia municipal quer em sede de câmara municipal, e que se verifica, depois de contabilizadas todas as dívidas do município, de acordo com os critérios do IGF que em 2010 calculou uma dívida de 19,1 milhões de euros para o município de Vagos. O município, neste momento, com os mesmos critérios tem uma dívida de 16, 58 milhões de euros, uma redução de 4,7% relativamente ao ano 2012, ou seja, cerca de oitocentos mil euros de redução da dívida total, apesar de ter sido o ano de maior execução, de ter tido obras a decorrer de elevado valor, nomeadamente os centros escolares e biblioteca, que tiveram execuções muito grandes em 2013. Ainda assim, o dado mais relevante é a redução da dívida a fornecedores pois está em causa, muitas das vezes, a solvabilidade de algumas empresas e essa preocupação deve estar sempre presente na gestão financeira do município. Por outro lado, existe aqui um dado importante de realçar, isto é, houve um

aumento de cerca de quinhentos mil euros das dívidas às instituições particulares, onde se incluem as IPSS's, a Misericórdia, associações desportivas e culturais, e isto não se deve ao facto de terem sido atribuídos subsídios de elevado montante no ano de 2013, mas sim porque houve dívida que estava acordado pagar durante o ano 2013, nomeadamente com as IPSS's, e que ainda não o foi. O senhor presidente espera, e é o seu compromisso com as IPSS's, que durante o ano de 2014, nomeadamente durante o mês de maio de 2014, que é o mês onde a receita do município atinge valores mais elevados e apresenta uma situação financeira mais tranquila para se poder fazer uma amortização interessante deste valor que está em dívida. Este documento, que é um documento basto e que ainda foi alargado durante este ano, tem uma particularidade relativamente ao ano passado que é um relatório de acompanhamento do PAEL. Esse relatório de acompanhamento tem alguns desvios, nomeadamente um que é aquele que contribui de forma mais significativa para o desvio que existe da execução do PAEL, que tem a ver com a não venda dos lotes do plano de pormenor da Boa Hora que eram um milhão e trezentos mil euros de receita que a ser executado, obviamente, teria consequências no desvio que houve no PAEL e que é, basicamente, derivado desse fator. Por outro lado, se se tivesse concretizado esse negócio o valor da dívida já não seria esta mas seria sensivelmente numa proporção mais reduzida e, porque se poderia ter feito outras coisas que não se fizeram porque não se concretizou esse objetivo. De todas as formas é um documento que deve deixar a todos orgulhosos porque, neste momento, o município de Vagos irá fazer parte do grupo de municípios com maiores taxas de execução financeira. Obviamente, derivado da execução do PAEL mas um orçamento é, precisamente, isso, ou seja, estava previsto no orçamento o PAEL, na altura até com algumas críticas da oposição, mas o que é certo é que se executou e esta é uma execução financeira de acordo com as regras, pois é assim que está estipulado, porque a execução física é bastante superior. -----

----- Entretanto, pediu e usou da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e começou por alertar o senhor presidente da câmara para ter atenção com esse orgulho no resultado desta execução. O senhor deputado não queria tecer nenhuma consideração porque isto diz respeito a um exercício anterior, mas parece-lhe que esta execução é conseguida às custas do PAEL, ou seja, é uma execução dependente do empréstimo a longo prazo quando devia ser conseguida com receitas próprias. Isso sim é que seria motivo de orgulho e faria sentido, porque há aqui um efeito tipo "*PAEL higiénico*", ou seja, veio limpar deste exercício obras que se foram acumulando nos últimos anos. Isto não diz respeito a obras do ano passado, diz respeito a dívidas anteriores ao ano do exercício que está a ser referido e, portanto, esse orgulho tem de ser um pouco retraído para não se estar a sobrevalorizar uma execução, que sim senhora é sempre bom, que não é conseguida com receitas próprias. Ainda assim, o senhor deputado reconhece e gostaria que o executivo mantivesse esse princípio que é o esforço feito para aproximar o plano e orçamento da receita real. Quanto a isso é importante valorizar. -----

----- Seguidamente usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia para retomar a posição tomada na reunião de câmara, pelo partido socialista, em cinco pontos: "1º) *Como já referido o aumento da receita é motivado por duas situações que não se voltarão a repetir, que é o encaixe da totalidade do PAEL e o aumento da receita pelo IMI. Consideramos ser importante saber qual é que é estratégia a médio e longo prazo que o executivo tem para que a receita aumente sem estar dependente desses*

fatores extraordinários, 2º) a evolução da despesa foi muito condicionada pelos custos com processos de tribunal, com as condenações e as regularizações. Importa salientar que este é o custo pago por uma gestão descuidada e ineficaz do município; 3º) Deve ser dado, realmente, algum mérito na redução da dívida de curto prazo, mas essencialmente substituída pelo empréstimo do PAEL, e da dívida total; Como já referiu a dívida às associações e IPSS's acabou-se de comprometer na sua regularização e assim o aguardamos pela apresentação de um plano completo de atuação. Por fim, termino dizendo que no quadro da evolução da despesa percebesse que a mesma é muito concentrada nos meses que antecederam as eleições. Maior prova de eleitoralismo e uso de dinheiros públicos para fins partidários é difícil.” -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins que referiu não ir fazer qualquer comentário no que diz respeito a números. O senhor deputado fez a análise das contas e quis realçar duas ou três situações: “antes de mais senhor presidente dar-lhe os parabéns pela coragem de, pela primeira vez, apresentar a contabilidade analítica sem medo, porque 2013 foi ano de eleições e o senhor não teve medo de apresentar aqui a contabilidade analítica referindo quais são os meses de maior execução. Não teve medo e quero deixar-lhe os parabéns por essa coragem. Em relação, como já disse o deputado Filipe, à aproximação dos orçamentos eu lembro-me de alguns comentários sobre o orçamento de 2013 que lhe chamara de absurdo, de irreal e coisas assim do género e relembro que já incluía, também, o PAEL e mesmo assim foi apelidado com esses nomes todos feios. O que é certo é que aqui está as contas com uma execução boa, independentemente de onde é que vêm as receitas, são receitas, é assim que está previsto na lei e referir exatamente que a aproximação que foi feita. Já em 2012 foi feita uma aproximação, em relação ao orçamento, mas em 2013 é meritório e tem de ser realçado. E, depois também na questão da apresentação, como são apresentadas as contas quando estão incluídas todas as dívidas e não posso deixar de realçar, que é aquilo que nos preocupa, que é a questão do endividamento da câmara e a redução efetiva do endividamento da câmara.” -----

----- Entretanto, pediu e usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e disse que iria “começar pela parte final, ou seja, pelo endividamento da câmara. É mesmo uma dívida, a TROIKA também chegou a Vagos, entroikaram-nos aqui, cá estamos todos entroikados por um PAEL, por uma dívida de curto prazo que entendo deve ser, mesmo assim, reduzida para precisamente também reduzir o impacto negativo que tem na economia local, porque é graças aos fornecedores, é graças às associações, é graças aos agentes económicos do nosso concelho a quem se lhes deve esse dinheiro e, depois, isto de facto não pode melhorar a qualidade de vida dos vaguenses. Mas, o senhor presidente disse e muito bem, já aqui foi referido, que estas excelentes receitas, como dizem para aí, são graças a dois ou três elementos que não se voltam a repetir e um deles é o PAEL que os senhores admitem isto como uma receita e parece que isto não é para pagar. Isto é para pagar, isto é uma dívida, isto é para pagar e é para pagar e vai-nos custar setecentos e cinquenta mil euros durante os próximos catorze anos. O que quer dizer que nós vamos ficar privados de investir pelo menos cinquenta mil euros todos os anos em alguma coisa, por causa de pagar este abastecimento ou esta assistência financeira que veio através do PAEL. É evidente que o PAEL tem algo de benéfico, como já referi, porque teve esse impacto nos nossos agentes económicos. Mas, não podemos esquecer, e já agora podemos reforçar a ideia do líder

parlamentar do PSD, que isto é uma dívida e que nos preocupa a nós todos, não é só ao senhor presidente e à câmara mas de todos nós. Além disso, ao tratar o PAEL como uma receita veio adulterar por completo todos os indicadores dos outros rácios que agente possa querer tirar deste manual que nos foi entregue. E porquê? Porque precisamente esses 3,5 milhões de euros do lado da receita não tem mais indicadores, quer dizer em termos concretos que passaremos a ter uma informação que não é boa conselheira para as decisões futuras. Portanto, espero que o senhor presidente, e tenho a certeza, irá ter isso em consideração nos próximos plano e orçamentos. Além disso, e já agora uma palavra também relativamente à taxa de execução foi aqui dito, na altura quando andamos aqui a fazer alterações e revisões aos planos e orçamentos de 2013, que o processo visava precisamente provocar um aumento de execução financeira, também foi aqui nesta assembleia. Seja como for estas são contas de um executivo anterior mas que não deixa também de ter vinculado o senhor atual presidente que na altura era o nosso ministro das finanças. Portanto, se formos a retirar os 3,5 milhões de euros do PAEL, os 3,9 dos quadros comunitários, o aumento pela reavaliações de IMI veja senhor presidente que a receita se calhar não é assim tão boa como aquilo que seria desejável. Isto quer dizer que houve talvez pouco trabalho e eu não gostava de me esticar nestas coisas. A nossa posição é uma análise mais política de impacto na vida das pessoas mas devo-lhe dizer, por exemplo, que a autonomia financeira o indicador está um bocado elevado e é preciso ter isso em consideração, despesas com custo de pessoal a mesma coisa e o indicador da independência financeira está a cair constantemente, está em queda livre. Portanto, há uma grande pendência da administração central, é o que isto quer dizer, e a câmara se não promover a venda, e o senhor presidente disse que não conseguiram vender aqueles terrenos que tinham, mas se não conseguir vender não faz receita e nós temos dificuldades em promover qualidade ao nosso município como desejamos.” O senhor deputado Mário Castelhana solicitou que a intervenção dele fosse tida como declaração de voto. -----

----- O senhor presidente da câmara prestou alguns esclarecimentos sobre as questões colocadas pelos senhores deputados. Relativamente à questão do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos, a dependência do PAEL, e sobre o PAEL houve aqui várias questões, o PAEL estava orçamentado, foi executado e tem taxa de execução, e é uma receita do município tal como é uma receita de um empréstimo que seja obtido. É uma receita, contabilizado como uma receita e, portanto, conta para a taxa de execução e sobre esse aspeto não há qualquer dúvida, a não ser que se queiram mudar as regras do POCAL e aí já não é incumbência do senhor presidente da câmara municipal. Sobre o PAEL, em concreto, este surge com dois objetivos, ou seja, há receitas que estão previstas na lei das finanças locais, na “falecida” lei 2/2007 da lei das finanças locais, que neste momento foi substituída pela lei 73/2013, e que são receitas próprias do município. Aliás a contabilização das transferências que são feitas para os municípios está prevista na lei das finanças locais. O que tem acontecido sucessivamente com os municípios portugueses é ser-lhes visto retirado receitas pela sobreposição dos sucessivos orçamentos de estado que vem provocar a diminuição das receitas dos municípios, ou seja, o PAEL não foi nada que o estado central tivesse dado aos municípios. O PAEL foi dado para compensar receitas próprias, e a questão o que são receitas próprias, o que são receitas extraordinárias e o que é que é o nível de dependência do orçamento de estado, que estão previstas na lei das finanças locais e foram

retiradas aos municípios. Feitas bem as contas os 3,5 milhões de euros do PAEL foram todas as receitas retiradas ao município de Vagos, “*ela por ela, mais coisa menos coisa,*” desde que começaram os sucessivos PEC’s e, portanto, não se trata do estado a dar nada ao município de Vagos e sim de o estado ainda ter algum lucro com uma operação que ele próprio delineou e que depois veio a estabelecer uma medida obrigatória. O PAEL vem permitir que os municípios passem a poder cumprir a lei dos compromissos e pagamentos e atraso, porque antes da entrada em vigor do PAEL, antes de se receber a primeira *tranche* do PAEL, não se conseguiu cumprir o que estava estabelecido na lei dos compromissos e pagamentos em atraso. A dívida de curto prazo do município era muito grande, aliás eram cerca de seis milhões de euros no início de 2013, dívida vencida há mais de noventa dias e no final do ano era cerca de oitocentos mil euros. O que está aqui em causa com o PAEL, para o senhor presidente, é uma questão de justiça para além de que tem um custo, e o estado é soberano nesse assunto e decidiu, elevado com o pagamento de juros comerciais aos fornecedores que é um valor muito mais elevado. O município conseguiu um empréstimo com uma taxa de juro atrativa, atendendo às circunstâncias até foi um bom negócio para o município, porque hoje não se consegue sequer um *spread* que seja menor do que a taxa de juro final do PAEL, ou seja, os *spreads* bancários hoje praticados pela banca são mais elevados do que a taxa de juro total do PAEL. Portanto, foi um negócio para a câmara municipal e permitiu uma coisa que foi, de facto, diminuir a dívida de curto prazo. E respondendo ao senhor deputado Mário Castelhana, se analisarem a dívida de curto prazo a trinta e um de dezembro e analisarem hoje verifica-se que já houve uma redução significativa. Obviamente que o objetivo é, apesar de não ser obrigatório que o município de Vagos cumpra no fim deste ano os limites estabelecidos na nova lei das finanças locais, porque só é obrigatório que os municípios cumpram para o ano os limites de endividamento estabelecidos nesta lei das finanças locais, já durante o ano de 2013 cumprir os novos limites de endividamento. Até ao momento, e isso está no documento, o município de Vagos cumpriu todos os limites de endividamento estabelecidos pela lei. Sobre a questão de não dizer respeito a obras do presente a oposição aqui tem uma posição dicotómica, por um lado dizem que se concentrou muita obra no final do mandato e por outro lado dizem que eram mais obras do passado do que obras eleitorais. Houve aqui um acréscimo importante, ou seja, implementou-se a contabilidade analítica e decidiu-se dar um conhecimento com toda a transparência e todo o rigor a esta assembleia. Relativamente à execução, se verificarem nos documentos que foram entregues, a taxa de execução a vinte e dois de abril era de 22,2%, ou seja, está-se em linha com aquilo que era a taxa de execução na mesma data do ano passado em períodos homólogos. Não é mais elevada a taxa de execução porque o mês de maior receita é maio e, portanto, a taxa de execução aumenta. Por força da redução do orçamento e da adequação do orçamento ao que são as receitas próprias do município o orçamento deste ano é de um valor mais reduzido do que a execução do ano passado. O município tem um orçamento na casa dos dezoito milhões de euros e as receitas do ano passado foram 19,6 milhões de euros. Em relação às considerações da senhora deputada Carla Gouveia, de facto, o PAEL é uma receita irrepetível, porque se vier a ser criado outro PAEL espera-se que o município de Vagos não precise de aderir, ou seja, ter as dívidas de curto prazo em dia. Em relação às receitas de fundos comunitários o senhor presidente discorda da senhora deputada, porque a câmara está a preparar um

próximo quadro comunitário de apoios e não parece nada que estas receitas sejam repetíveis, antes pelo contrário. No que respeita aos processos judiciais o que há a dizer é que o que foi referido na apresentação, ou seja, não fossem esses processos judiciais e os números seriam ainda melhores. Em relação à dívida de curto e dívida total o senhor presidente agradeceu as palavras aqui proferidas. Relativamente às dívidas às IPSS's o senhor presidente estabeleceu o compromisso e fará questão de o cumprir e em relação à concentração das obras na fase final do mandato não acrescentou mais nada além do que já foi dito e se repararem uma das rubricas que não é executada, ou uma parte dos valores que são executados, dizem respeito precisamente a alcatroamentos. O trabalho de uma câmara municipal não para em momento algum, portanto, o trabalho deve ser levado até ao fim do mandato. No que respeita à questão da dívida a senhora deputada faz parte de um grupo municipal que teve um líder partidário que dizia que a dívida não é para se pagar, mas o senhor presidente entende que é para se pagar. Obviamente deve ser paga na medida daquilo que são as receitas e deve-se contrair dívida na proporção daquilo que é a capacidade de endividamento e, portanto, o que se tem de fazer é criar as condições para aumentar a receita, e aí estão todos de acordo. Em relação às estratégias no mercado imobiliário, por exemplo, as coisas estão completamente paradas e não se consegue, nem a câmara nem o privado, vender nada e, por isso, o objetivo deve ser atrair pessoas para Vagos, permitir que as pessoas construam, permitir que as pessoas possam pagar os seus impostos em Vagos para que isso contribua positivamente para o aumento das receitas próprias do concelho e receita do IMI é uma receita própria. Relativamente aos comentários do senhor deputado Juan Martins o senhor presidente agradeceu as palavras e confirma que de facto quando foi apresentado o orçamento não foi olhado por todas as bancadas com o mesmo realismo mas felizmente os números são o que são. Relativamente à questão da autonomia financeira isso nem sequer é dado de análise que sejam pacíficos de entre aqueles que os analisam mas, obviamente, é um rácio que se deve ter em consideração e o executivo teve, tanto que foi discutido na reunião de câmara. Nem todos os analistas têm o mesmo entendimento sobre determinados rácios e, por exemplo, há quem considere receitas próprias o recurso a fundos comunitários e outros não consideram. Este é um rácio que o executivo olha com alguma frequência e que se preocupa em ter rácios, quer esses quer a taxa de afetação das despesas com pessoal sobre as despesas correntes. Em relação à promoção imobiliária e venda de terrenos é o que há, ainda recentemente foram colocados, novamente, à venda os lotes do plano de pormenor da Boa Hora e não houve interessados, o mercado imobiliário está parado e não há nada que se possa fazer. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria**, com os votos contra do grupo municipal do CDS e as abstenções do grupo municipal do PS e do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos que apresentou declaração de voto: *“queria fazer uma declaração de voto, apenas, para dizer que me abstenho porque isto diz respeito a um exercício do mandato anterior o qual eu não acompanhei e, portanto, apenas poderia fazer uma mera análise política.”* -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em reunião extraordinária da câmara municipal, realizada no dia 16 de abril de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- PUNTO CINCO – PROCEDIMENTOS A ADOTAR NA INSTALAÇÃO DE ATIVIDADES EM FRAÇÕES DESTINADAS A COMÉRCIO OU SERVIÇOS; -----

----- Apresentou o ponto a senhora vereadora Sara Caladé e referiu que esta proposta surge na sequência de, nos serviços, se ter detetado alguma dificuldade na instalação de atividades comerciais e outras em edifícios cuja utilização era anterior a 2007 e 2009 em algumas situações. Anteriormente, há uns anos atrás, aquilo que se considerava era que quase todas as atividades eram de comércio e, portanto, quando era feita a edificação e quando era solicitada a autorização de utilização esta era solicitada como comércio. Entretanto, houve alterações sucessivamente da legislação que foram considerando que algumas dessas atividades deixaram de ser comércio e passaram a ser serviços. Esta legislação de 2007, decreto-lei nº 234/2007, veio alterar que por exemplo a restauração e bebidas deixou de ser comércio e passou a ser serviços. O que esta interpretação legislativa vem dizer é que “ em frações cuja autorização de utilização é anterior a 2007 e onde nessa altura, quando foi estabelecida essa autorização de utilização, era permitido instalar um café, por exemplo, uma atividade de restauração e bebidas, hoje, se alguém quiser nessa fração cuja utilização foi dada para comércio, é certo, mas anterior a 2007 que possa ser concedida.” Portanto, fez-se aqui a ressalva para a restauração e bebidas, que foi alterado em 2007, e também para alguns serviços que foram anteriormente, em 1999, que é o caso de cabeleireiros, gabinetes de estética, gabinetes de veterinária. Esta interpretação legislativa veio permitir que a essas utilizações genéricas fosse possível, por exemplo, aplicar o licenciamento zero nestas atividades e permitir a instalação delas nestes edifícios anteriores e agilizar este processo de instalação aos municípios. -----

----- Entretanto, pediu e usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins para realçar a preocupação em facilitar a vida aos municípios vaguenses e propor no ponto quatro, no parágrafo quatro da proposta de decisão, onde diz “*anote-se que respeita aos estabelecimentos de prestação de serviços... e no fim diz ... até à data de entrada em vigor do citado decreto-lei.*” O senhor deputado entendeu que este citado decreto-lei nº 234/2007 mas quando se lê dá a entender que é o 370/99. -----

----- A senhora vereadora Sara Caladé esclareceu que é esse mesmo, o decreto-lei nº 370/99 e referiu que irá alterar o texto para que esta situação fique mais clarificada. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e disse que é com agrado que registou este passo, esta iniciativa, este procedimento a adotar porque vem, efetivamente, facilitar a vida aos municípios e aos agentes económicos. Isto são sinais dos tempos e a senhora vereadora, particularmente, está atenta, de facto, às polivalências, e à tal especificidade que exigiam em tempos, e hoje já se está a exigir um pouco mais e, por isso, os regulamentos têm de se adaptar aos sinais dos tempos. Por isso, o senhor deputado regista este procedimento com muito agrado e por isso irá votar favoravelmente. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade.** -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 23 de abril de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO SEIS – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA GAFANHA DA BOA HORA.**

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e referiu que sobre este assunto, além da informação que foi prestada, resta dizer que foi aprovado um protocolo de duzentos e quarenta e seis mil euros à junta de freguesia de então. Esse protocolo já foi totalmente pago pela câmara municipal mas atendendo às circunstâncias que estão descritas, neste momento, está um valor em dívida à junta de freguesia de cerca de cento e quarenta e cinco mil euros. Esta é uma competência da assembleia municipal, ou seja, estes assuntos eram anteriormente resolvidos em sede de câmara municipal mas, de acordo com o anexo da nova lei, a 75/2013, passaram a ser deste órgão deliberativo. No fundo trata-se de repor uma verba que a junta de freguesia tem em dívida para com o empreiteiro e que deriva da elaboração de um protocolo que já foi totalmente pago pela câmara municipal mas que está, atendendo aos factos, que são os descritos, a deixar a junta de freguesia numa situação bastante complicada. O senhor presidente entendeu propor este apoio à câmara municipal que entendeu, por unanimidade, propor à assembleia municipal deliberar no sentido de aprovar este apoio, extraordinário, à junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e referiu que tem alguma dificuldade em perceber este ponto da ordem de trabalhos. Embora tenha muitas dificuldades em perceber este assunto não gostaria de estar a esmiuçar isto aqui, porque provavelmente poder-se-ão correr riscos que não são os melhores para a autarquia nem para os intervenientes. Contudo, o senhor deputado queria que o senhor presidente respondesse aqui *“porque é que não foi pago? Porque é que deixaram entrar isto em contencioso? O protocolo sem duvida nenhuma que foi feito com a junta de freguesia, e com outras, e não tenho nada contra isso, mas um protocolo com uma junta de freguesia que não revela valores, nem nada, numa estrada municipal, ainda por cima, e depois a própria câmara não paga, tendo tido oportunidade, inclusivamente, de ter integrado isto no PAEL. Eu, portanto, não sei, porque acho que ela até foi condenada ou reivindicada, houve uma ação em tribunal, mas tenho dificuldade em perceber isto. A junta de freguesia, eu creio, não tem competências para fazer isto e penso que aqui até o princípio da subsidiariedade ou exercício da democracia da proximidade, creio eu, estará se calhar a ser mal executado. Portanto, tem de ser um bocadinho mais de transparência e provavelmente com mais rigor. E eu digo isto porquê? É que dá-me a sensação que a folga orçamental que tinham para os limites era ultrapassada se pagassem os cento e quarenta e cinco mil euros. Eu, de qualquer das maneiras, vou dizer que é por estas e por outras, eu não vou votar contra, porque iria criar um problema grave à atual junta de freguesia que quer fazer obra, que tem todo o direito de exigir o apoio da câmara e até mesmo o nosso apoio, mas tenho dificuldade, digo-o em consciência, em votar favoravelmente este ponto. Portanto, eu irei abster-me em nome da verdade, do rigor e da transparência que o senhor presidente invocou em tempos e eu sobre isso, eu próprio, tenho essas dúvidas. Portanto, eu daqui a bocado não sei o que é que nos vai acontecer, não sei o que é que virá aí a seguir e, em consciência, mas com toda a honestidade eu irei abster-me para não votar contra.”* -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Filipe Mendonça Ramos e referiu que a sua intervenção vai um pouco na continuidade do que foi dito pelo senhor deputado Mário Castelhana. O senhor deputado pensou ainda encontrar aqui algum parecer do serviço da câmara mas, como isto já está

decidido, os tribunais devem ter analisado com todo o rigor, mas não se consegue encontrar, de facto, uma explicação do porquê do protocolo. Isto era da competência da câmara, ou seja, a câmara devia ter assumido a obra porque era da sua competência e nem a câmara tinha dinheiro nem a junta de freguesia e isto acabou da pior forma, é a conclusão que aqui se chega. Mas, o senhor deputado, gostava de entender um pouco o porquê destes protocolos, para que servem. Num sentido geral também vai ser esta a política deste presidente da câmara, ou seja, utilizar estes protocolos. -----

----- O senhor presidente da câmara usou da palavra para responder às questões colocadas e sobre as mesmas referiu que a câmara municipal estabeleceu um protocolo que foi aprovado, por unanimidade, em vinte e seis de junho de 2009, de acordo com a informação prestada na documentação, cujo compromisso era pagar duzentos e quarenta e seis mil euros. A câmara municipal não pagou por nenhuma razão especial, foi porque não devia nada, ou seja, não há aqui nenhuma questão relativa ao pagamento que estava supostamente em falta à junta de freguesia porque não estava. A câmara municipal estabeleceu um protocolo em 2009 de pagamento de duzentos e quarenta e seis mil euros por uma determinada intervenção que seria a junta de freguesia a ser o dono de obra. A junta de freguesia adjudicou os trabalhos, era a junta de freguesia que recebia as faturas e a câmara municipal cumpria o pagamento do valor do protocolo que desde o início não chegava para o valor da adjudicação, e esse facto está em cima da mesa desde o início. A câmara municipal estabeleceu um protocolo com a junta para fazer um determinado trabalho com um determinado valor. A junta de freguesia fez um trabalho acima desse valor e, portanto, o espírito seria provavelmente a câmara pagar a obra inteira e por isso é que se está aqui, hoje, a discutir este assunto. A gestão, embora com o apoio dos técnicos da câmara, de toda a empreitada, desde a sua fase de concurso até à sua fase de obra, foi feita pela junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora e foram feitos todos os procedimentos. Aliás, existem *dossiers*, quer na câmara municipal quer na junta de freguesia, com essa matéria, e quando quiserem consultar a documentação podem passar na câmara municipal. A questão que se coloca hoje a esta assembleia municipal é se aprova este apoio à junta de freguesia ou a junta de freguesia fica com esta dívida de cento e quarenta e cinco mil euros, mais os juros que serão adicionados, e por isso é que o valor da dívida é até cento e cinquenta e cinco mil euros desde que a junta comprove que pagou, neste processo, esse valor. Agora, a questão é que houve de facto um atraso da câmara municipal na execução financeira desse protocolo mas como houve com outras instituições. Neste momento, e desde 2012 ou inícios de 2013, a câmara municipal completou o pagamento que tinha em dívida à junta de freguesia. Portanto, neste momento, trata-se precisamente disso e como disseram, e muito bem, de fazer um *reset* financeiro à junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora para que esta possa trabalhar. -----

----- Entretanto, pediu e usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e referiu que a assembleia municipal está quase toda de acordo que é uma situação difícil de entender. O grupo municipal do PSD também reconhece isso e ficam algumas dúvidas no ar. A questão é que se está a aprovar um apoio financeiro à junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora, “*sim ou não?*” O grupo municipal do PSD decidiu separar em dois pontos: sim ao apoio à junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora, para resolver a situação que está criada, e evitar mais um processo em tribunal; a outra face da questão é que provavelmente o ex-presidente da junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora poderia

explicar, porque há situações que deixam muitas dúvidas. Há aqui questões que deixam, realmente, dúvidas, como é que se faz um protocolo de duzentos e quarenta e seis mil euros e se contrata uma empreitada de trezentos e quarenta e sete mil euros, quando se sabe que não tem dinheiro para pagar. Essas são dúvidas que ficam e o senhor deputado, separando estes dois pontos, aprovando este apoio financeiro, quer saber exatamente o que é que se passou e o senhor presidente da junta, de então, vai ter de explicar o que é que se passou e como é que se passou. -----

----- Retomou a palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos para esclarecer o senhor presidente da câmara que não pôs em causa que este apoio tenha de ser aprovado pela assembleia, mas, entretanto, do que percebeu da explicação dada não obteve a resposta sobre qual é o entendimento relativamente à utilização dos protocolos neste mandato. Este não é o único protocolo que a câmara não consegue pagar e cumprir os prazos. -----

----- O senhor presidente da câmara voltou a informar de que o processo se encontra disponível na câmara municipal para consulta se os senhores deputados assim o entenderem. Relativamente à assinatura de protocolos de transferências de competências esta ainda não foi feita e deve-se precisamente ao facto do executivo querer ter verbas financeiras para se começar a executar de imediato, financeiramente, aquilo que são os compromissos com as juntas de freguesia. Obviamente que o que aconteceu durante os anos de 2010 e 2011 foram fatores externos, a redução drásticas das receitas e a estrutura de custos e de dívidas que a câmara tinha que não permitiu “apagar todos os fogos.” Por isso é que existem alguns montantes em dívida não só às juntas de freguesia, a partir da aprovação de hoje será um dos poucos que resta, mas, relativamente aos protocolos com as IPSS’s estes também estão por executar financeiramente. O compromisso é assim que se estabelecer o protocolo de delegação de competências nas juntas, e que se espera seja ainda este semestre. Aliás, irá realizar-se em breve uma reunião com as juntas de freguesia para esse efeito, ou seja, para discutir o protocolo. É para dar início à sua assinatura e à sua execução financeira porque não faz sentido de outra maneira. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação visando o mesmo sido **aprovado, por maioria**, com 6 (seis) abstenções dos senhores deputados Mário Castelhana, César Grave, Ana Paula Mourão, Diana Santos, Óscar Pascoal e António Bastião. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor presidente da assembleia municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

----- Do público pediram para usar da palavra os senhores Bruno Julião e António Vaz Gravato do Amaral. -----

----- O senhor Bruno Julião usou da palavra e começou a sua intervenção fazendo referência à iniciativa intitulada “*Rota das Freguesias*” que a seu ver deve envolver de forma plena e formal toda a oposição, desde os vereadores, que não foram formalmente convidados para todas as iniciativas, aos deputados municipais e às assembleias de freguesia. O senhor Bruno Julião vê esta proposta como construtiva porque entende que esta iniciativa tem um teor de caráter fortemente institucional e pode até ser útil na relação que pode ter com as instituições, com as forças vivas e com as instituições políticas. Portanto, seria de bom-tom que se fizesse isso de forma mais formal e deixou este apelo construtivo, se esta

iniciativa continuar, para fazer parte da decisão e do desenho no envolvimento desta iniciativa, pois só assim se pode fazer melhor democracia. Até hoje ainda não tinha havido nenhuma referência à necessária transferência de competências e, necessariamente, de fundos para as freguesias, e os municípios tinham cento e oitenta dias para se pronunciar sobre essa matéria, por isso Vagos estará atrasado nesse procedimento. Contudo, o mais importante, é que se faça também com o envolvimento necessário, aliás, houve municípios que criaram grupos de trabalho para esse fim. O senhor presidente falou em reunir com as juntas de freguesia e o senhor Bruno Julião entende que seria útil, mais uma vez, envolver toda a oposição e a sociedade civil, porque é uma matéria importante que alguns municípios já implementaram no país e de forma bastante positiva alguns. As práticas de diálogo devem ser aproveitadas da melhor forma possível e lembrou de uma situação recente aquando da reorganização administrativa das freguesias que não correu nada bem um pouco por todo o país, e Vagos não foi exceção, porque não houve diálogo suficiente e com a antecedência necessária. Portanto, quis deixar este apelo à forma como vão ser transferidas essas competências às juntas de freguesia, quais são e como é que esse processo se vai desenrolar no concelho de Vagos e que fundos é que estarão associados a essas transferências. Este deve ser um processo transparente atendendo ao seu grau de importância, porque diz respeito à política de proximidade que as juntas fazem e devem todos estar envolvidos nesse debate. A terceira nota que quis deixar diz respeito aos fundos comunitários e o sistema de *overbooking*, que pensou ainda ser possível utilizar, mas pelos vistos já não é. Existe muito em Portugal a anulação de vários projetos e havia sempre essa oportunidade de ir buscar fundos que não foram utilizados mas, ainda assim, o senhor Bruno Julião trazia algumas propostas que gostaria de deixar, uma vez que se está no início de uma nova programação financeira na união europeia, 2014-2020. Existem já candidaturas abertas em vários programas e tem de se estar muito atentos a elas e tendo em conta aqueles princípios que regem vários programas surgem aqui várias oportunidades. Assim sendo, referiu: a criação de um pequeno cais, para ancoragem no rio Boco de pequenos barcos de recreio motorizados e não motorizados e canoagem e sabendo que a requalificação da quinta do Ega prevê uma intervenção de uma estrutura pequena mas com estes novos fundos pode dar-se dimensão à ambição para esse espaço; a criação de uma micro-reserva natural de vale no rio de Boco, por forma a tornar o concelho mais apelativo, ou seja, para lazer. O município devia ter preparada uma equipa de intervenção sobre esses fundos e devia-se falar disto com mais assiduidade porque são oportunidades muito importantes que se podem ter seja a partir dos programas operacionais, que vão ser criados a nível nacional, seja a partir dos fundos centrais que a comissão europeia também oferece. Em relação a estes últimos, não é muito habitual ver os municípios portugueses a captar esse tipo de fundos, a taxa de captação é das piores da união europeia e deviam ser melhor aproveitados. Por último dizer que estes estudos que se fazem têm de ter em causa, muitas das vezes, a capacidade de financiamento do município e por isso é que tem de ser tudo estudado com muita atenção. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor António Vaz Gravato Amaral para colocar algumas questões ao senhor presidente da câmara. Relativamente ao último ponto da ordem de trabalhos o senhor António Amaral, tal como o senhor deputado Mário Castelhana, também teve muitas dúvidas com todo o processo da dívida da junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora. Apesar de ter ficado feliz por ter sido

aprovado o subsídio, para que se resolva a questão, as dúvidas continuam e não se consegue compreender como é que se chegou a uma situação destas. É verdade que a câmara vai “desenrascar” a Gafanha da Boa Hora mas se no futuro o senhor presidente, ou alguém, pudesse explicar o que realmente se passou, ou seja, como é que uma obra, numa estrada municipal, é adjudicada por um valor e ultrapassa quase 200% daquilo que estava previsto no protocolo. Entretanto, houve eleições a nova junta de freguesia não sabe de nada e vem uma fatura para pagar de cento e quarenta e seis mil euros o que realmente leva a pensar que há aqui qualquer coisa que não bate certo. O senhor António Amaral esteve na reunião da assembleia de freguesia da Gafanha da Boa Hora e todos os presentes que fizeram parte da junta na altura remeteram as culpas para o executivo da câmara municipal de Vagos, porque não acompanharam a obra, que eles é que eram os responsáveis por este assunto e nunca quiseram prestar declarações. Com todo isto ficou totalmente confuso e não se admira nada que haja pessoas, aqui, que também não compreendam. Entretanto, referiu-se à intervenção do senhor deputado Juan Carlos e ao facto de ele ter dividido a questão em dois pontos, ou seja, quis saber a que é que ele se referia no segundo, se ia haver algum inquérito ou alguma investigação ao anterior presidente da junta de freguesia, que é hoje deputado municipal mas que não está aqui presente, sobre o assunto. Se é isso tem o total apoio do senhor António Amaral. Continuando e referindo-se à estrada onde foram gastos cerca de quatrocentos mil euros pergunta se a mesma vai ser terminada, porque ainda não foi colocado o pavimento final. Outra questão que colocou prende-se com o ponto de situação do plano de pormenor da Gafanha da Boa Hora. Há uns três/quatro anos atrás esta câmara parou para reorganizar um território para alguém que ia fazer obra. À data de hoje está tudo parado não há comprador e o senhor António pretende saber qual é o próximo passo, ou seja, o que é que está pensado para o futuro e qual é o ponto de situação do loteamento e da venda dos lotes? Porque é que nunca mais ninguém falou do assunto? Se houve alteração na forma de venda dos lotes e se continua a ser preciso haver um custo controle para construir ou se essa norma ainda está em vigor? Há alguns desses lotes que já foram vendidos ou permutados pela câmara municipal de Vagos com alguém e a que título? O senhor António perguntou, ainda, se o contrato que foi agora adjudicado com a AROUCONSTRÓI é para repor o cordão dunar, que caiu, ou é para alguma coisa de novo? Entretanto, e para terminar, perguntou quando é que o centro escolar da Gafanha da Boa Hora vai começar a funcionar. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal informou o senhor presidente da câmara municipal de que não é obrigado a responder. Neste período da ordem do dia as questões devem ser dirigidas ao presidente da assembleia municipal e após consultar o presidente da câmara dará nota ao público ou por escrito ou na sessão posterior. Contudo, se o senhor presidente da câmara assim o entender e quiser usar da palavra, respondendo diretamente aos interessados, o senhor presidente da assembleia pode referir-lhe que o senhor Bruno Julião não fez perguntas, fez três apelos e apresentou uma proposta de proposta para o QCIRA, e o senhor António Amaral fez cinco perguntas sendo que uma é constituída por três: apoio financeiro à Boa Hora dúvidas; estrada vai ser concluída; plano de pormenor da Boa Hora os lotes do social, ponto da situação, os lotes em concurso público ou autorização para venda, estado da venda e os lotes permutados; novo contrato de AROUCONSTRÓI, objetivo; centro escolar da Boa Hora,

abertura. Assim sendo, o senhor presidente da assembleia pergunta se o senhor presidente da câmara quer, nesta sessão, usar da palavra respondendo diretamente às questões colocadas. -----

----- O senhor presidente da câmara disponibilizou-se para responder às questões nesta sessão. Em relação às propostas do senhor Bruno Julião informou de que estas serão analisadas. Relativamente às questões colocadas pelo senhor António Amaral e as dúvidas em relação à atribuição do subsídio, ou melhor, concorda com o município tem dúvidas é em relação ao procedimento. Em relação às referências que fez à sessão da assembleia de freguesia a única coisa a acrescentar é que o dono de obra era a junta de freguesia, sempre foi a junta de freguesia e foi ela que sempre lidou diretamente com o empreiteiro. Tinha por base um protocolo que foi estabelecido com a câmara municipal que desde a sua génese não chegava para pagar o valor total da empreitada e, portanto, esta é a verdade dos factos. A outra verdade é que a câmara, dos duzentos e quarenta e seis mil euros, teve algum atraso no pagamento, é uma evidência, e é uma coisa que se espera não repetir no futuro. A estrada vai ser acabada e o senhor presidente julga que não fazia parte do projeto, porque embora conheça o projeto e os documentos, por terem sido acompanhados pelos técnicos da câmara municipal e está, também, uma cópia na câmara municipal, mas não conhece nessa profundidade e daí não conseguir responder com precisão se na empreitada devia ter sido acabada ou não. Essa é uma resposta que terá de deixar para um próxima oportunidade. Relativamente ao plano de pormenor da Gafanha da Boa Hora não houve interessados no procedimento que foi recentemente concluído. Havia dois lotes do plano de pormenor, um dos lotes mais referente ao empreendimento turístico e o outro referente a lotes de construção. Não estavam todos os lotes para construção à venda. Há um número de lotes, julga que na casa das duas dezenas, que nunca foram colocados à venda. Alguns deles já estão permutados por força de outros negócios e devem ser uns dois ou três, e o senhor presidente pede desculpas por não estar a responder com precisão mas não tem presente os dados exatos. A questão a AROUCONSTRÓI a obra que está neste momento para visto do tribunal de contas é a 2ª fase da requalificação da defesa aderente da praia da Vagueira e tem duas componentes: uma é requalificação daquele espaço da defesa aderente, aquela criação de uma pista ciclável e pedonal, mais pedonal na parte de cima da defesa aderente; outra é a construção de passadiços que vão ligar a praia da Vagueira à praia do Labrego. O que vai acontecer, neste processo, é que vai ser necessário, e a câmara está a agilizar junto da APA, fazer uma pequena intervenção a sul da defesa aderente da praia da Vagueira, porque ela cedeu ligeiramente e para fazer essa obra vai ser necessário que a APA se responsabilize por essa pequena intervenção. Esta obra é financiada a 100% pela APA, por força de um protocolo que se estabeleceu e que garante que a APA, através do programa operacional de valorização do território, o POVT, financia essa obra a 100%. É um processo complicado, o POVT é que financia a obra mas o dono de obra é a APA que por sua vez estabeleceu um protocolo com o município de Vagos para que este possa ser o dono de obra e, posteriormente vir a receber o dinheiro dos fundos comunitários. A norte vai haver um pequeno prolongamento da defesa aderente mas é no âmbito da intervenção da POLIS e, portanto, não faz parte desta fase de obras que estão a decorrer na praia da Vagueira. Entretanto, o senhor presidente aproveitou para fazer um apelo a todos, porque hoje recebeu com algum desagrado uma notícia, uma comunicação de um residente na praia da Vagueira, que a requalificação do cordão dunar que está a ser

feita está a ser alvo de algum vandalismo, nomeadamente através de alguns veículos todo o terreno que andam em cima das dunas. Esta comunicação já foi enviada às entidades competentes. O senhor presidente pede e alerta todos para o facto ser uma inconsciência esses atos acontecerem. Em relação ao centro escolar da Gafanha da Boa Hora a obra está concluída, falta a aquisição do equipamento, houve um entendimento com o agrupamento de escolas de não o abrir no decurso deste ano letivo, porque ia causar alguns constrangimentos quer aos professores quer aos pais quer aos alunos e, portanto ir-se-á proceder à abertura no próximo ano letivo. -----

----- Não havendo mais público a intervir, o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da ata. -----

----- De imediato o segundo secretário, senhora Maria da Graça Matias Gadelho, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e uma horas e doze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo presidente da mesa. -----

----- **O presidente,** _____